



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2011

Acta n.º 14

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões da Junta de Freguesia de Paderne, por convocatória de cinco de Abril e Aditamento de vinte de Abril de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 22/12/2010; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de resíduos sólidos e higiene urbana do município de Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de abastecimento de água do município de Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de saneamento de águas residuais do município de Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob despacho do Presidente da Câmara Municipal no uso das competências delegadas por deliberação camarária, do concurso público-aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais, do viveiro de reposição e relvado da pista de crosse das Açoteias; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de organização e de funcionamento do Serviço de Polícia Municipal de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2010, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2010, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ADITAMENTO: -----



PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO SEGUNDO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho, para participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

Presidente da Assembleia - "Vamos dar início a esta sessão de 27 de Abril, aqui em Paderne. É bom sairmos da sede do município e irmos às várias freguesias. É com muito gosto que estamos aqui na casa do Sr. Presidente e de todo o executivo aqui presente, e das autoridades locais de Paderne. Vamos iniciar com a chamada." -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) (22:00h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne) e Francisco Manuel Sousa Costa, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro (22:10h) e em regime de não permanência, a Vereadora Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

FALTAS: Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água fez-se representar pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia. -----

SUBSTITUIÇÕES: Não houve pedidos de substituições. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia abre o período destinado ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----



Marina Poupá - "Boa noite Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Presidente de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores. A minha intervenção vai ser um bocado longa e acerca de alguns assuntos que já vêm sendo discutidos. Acerca do problema que se gerou na reunião anterior, o Snack Bar "Bom Brasil", eu telefonei para a ASAE, que me disseram que estão a par da situação e que a Câmara, face a muitos incumprimentos, já devia ter encerrado o espaço. Quanto ao problema, que já vai sendo rotineiro nas reuniões de Câmara, sobre o pavimento polido do "Brisa Sol", eu já falei com o Eng. Gilberto, que é sócio do Sr. Raposo, que são co-proprietários do "Pum-Pum". Ele disse que não sabia nada. Falei com a D. Isabel que é dos Recursos Humanos, que transmitiu ao Sr. Sérgio Azinheira, que é o Director, o qual disse que só estava à espera de uma posição vossa para depois agir em conformidade. Houve um colega meu, fui funcionária do "Brisa-Sol" até há anos, que me disse: *"Mas os proprietários cederam este terreno à Câmara."* E eu respondi-lhes: *"Se isto é verdade, quando há uma cedência, isto não implica a violação de regras. Seja a Câmara, seja o Hotel, têm de cumprir as regras de ergonomia e segurança."* Eu até disse ao Sr. Gilberto, que é co-proprietário, que alguns hotéis deveriam ter uma passadeira vermelha para quando os clientes entram terem segurança, porque aquilo até para os clientes não é bom. Ele disse que ia ter isso em linha de conta. Ontem ia tendo um acidente na entrada desse hotel, porque um dos sumidouros está sem grelha, tem apenas uma tábua partida por cima. Isso é extremamente perigoso. Sobre os ciganos que estão contíguos ao Terminal Rodoviário, eu vi dois artigos no "Correio da Manhã" de duas localidades diferentes, uma em Portimão e outra na Maia, onde a Câmara tomou posição e os desalojou. Está bem que os terrenos não são da câmara, mas a Câmara tem de tomar posição contra aquilo. Tenho uma amiga que vive ali, que é a Presidente da APEXA, que diz que qualquer dia estão colados à Urbanização onde ela mora, a Urbanização do Alto dos Caligos. Isto é indecoroso. E eles provocam reboliços no Terminal Rodoviário. Isto não é bom para a imagem de Albufeira. Quanto à limpeza do beco que fica nas traseiras da rua onde moro. Já fui contactada pelo Eng. Filipe da Câmara Municipal de Albufeira, para lhe indicar onde era o local para ir lá ver. Acontece lá um acidente ou um roubo, a GNR, os Bombeiros e a Protecção Civil, não sabem onde fica. Aquilo está imundo. O que me foi dito pelos "Irmãos Cavaco" e pelo Técnico foi que, devido à crise se reduziram efectivos e os custos. Mas nós pagamos muito de taxas, para onde vai esse dinheiro? Pagamos as taxas e não estamos a ver resultados. A Cantina Social. Hoje estive a falar ao telefone com a D^a. Isabel que é dos recursos humanos do Hotel "Brisa-Sol" que me disse: *"Já agora que falamos de política, porque é que pessoas que têm os ordenados em atraso, não são favorecidas da Cantina Social."* Estão a trabalhar mas não recebem há seis, nove meses. Não têm direito à Cantina Social porque estão no activo. Há muitas situações anómalas que estão a debilitar a sociedade. Fui pedir, também, a nível pessoal, uma intervenção da assistente social que trata disso para mim. Marcaram-me para quinta-feira e quando cheguei lá estava de férias. Uma semana antes, quando marcaram, não souberam ver a escala para saber se estava de férias? Há uma descoordenação muito grande. Já há



muitas críticas. Já agora que falamos de má organização, porque é que o parque que está previsto para ser o P6, se não me engano na antiga sede do CDS no "Beato Vicente", em vez de ser mais um parque de estacionamento, porque não fazer lá um ajardinamento? Está ali um sítio impecável para isso, iria ficar uma coisa muito bonita. Não quero ofender ninguém com esta minha intervenção, embora por vezes ofenda todos, em geral. Gostaria de saber porque é que neste país aumentam-se taxas de tudo e reduz-se o trabalho de tudo?" -----

Carlos Ventura - Apresenta a sua intervenção (doc.1). -----

O INDIVIDUALISMO LEVANTA A SOCIEDADE HUMANA
 UMA SOCIEDADE NÃO COLECTIVA NOS SEUS DESEJOS
 DE SOCIEDADE COMPLETA/COMPOSTA DE ALTERNATI-
 VAS NEGATIVAS/NA VIDA DA SOCIEDADE DA PLANETA
 AOS SEUS DESEJOS/OS EQUILÍBRIOS NOS OBJECTIVOS
 DO VERDO SER REAL/SOBREPONDO-SE
 NOS VALORES DESEJADOS SISTEMATICAMENTE OS
 DESEJOS DA INCUSTENTABILIDADE DE UMA SOCIEDADE
 RESTRITA SEM FUTURO/
 O NEGATIVISMO FRONTAL AFRONTA DE CARÁCTER SOCIAL
 NEGATIVO/OS SEUS O ATALHO DOS PROBLEMAS COM
 POSSIBILIDADE DE ENCONTRAR A AFRONTA SUBIL/A PRÁTICA
 INICIAL
 UMA ZANEA ABERTA À EUROPA SE HOJE OS EUROPEUS
 NÃO SE CONHECEM RECONSTITUÍMOS UMA EUROPA EM
 BILANÇO INDIVIDUALISTA DE INDISSOLÚVEL FAVORISMO
 VALORES ECONÓMICOS/OS VALORES DE CONSCIÊNCIA
 MORAL MORAL SOBREPONDO CONSTITUÍMOS A MISSÃO
 A ESCRAVATURA NO QUE NOS APROXIMA A CORRUPÇÃO
 O FAVORISMO MORAL E LÍTIMO PORÉM DESEJADO
 ZANEA A CONSCIÊNCIA/O INDIVIDUALISMO PROCEDE A
 LEVANTAR O PROBLEMA A ESCRAVATURA
 UMA SOCIEDADE NÃO VIVENDO DE SI PARA SI MAS SER
 PELO COLECTIVO É UMA SOCIEDADE QUE VIVE A
 ESTERILIDADE DA SOCIEDADE PROTECTORA MAS SEM
 VENDO O ESFORÇO NO ESFORÇO COMUNS A ES-
 TERILIDADE DA SOCIEDADE COMPLETA DE FAVORISMO
 TOC/UMA SOCIEDADE DITADA É SOCIEDADE VIVENDO
 LO SER VIVENDO COLECTIVISMO
 UMA SOCIEDADE EM QUE SE MORRE POR FOME/OU SE
 MORRE POR EXCESSO/NÃO É SOCIEDADE É APAREN-
 CIA DA FOME ESCRAVATURA NOS DESEJOS DE CADA
 ELITE DE FAVORISMO
 UMA ZANEA ABERTA À EUROPA O PRESENTE O FUTURO/
 QUE PRESENTE FUTURO/A EUROPA É EXISTENTE
 O PRESENTE É VIVENDO NÃO EXISTE/O FUTURO
 É UMA INICIATIVA INCOGNITA INTEMPORAL DO IN-
 DIVIDUALISMO/UM BARCO À VELA SEM VENDO
 SEM RUMOS
 O INDIVIDUALISMO PROCEDE A INESTABILIDADE A MORAL
 A FOME A MORTE O SOFRIMENTO/A ESCRAVATURA
 FÍSICO MORAL/RECONSTITUÍMOS UM SER HUMANO EM
 DEBILIDADE A FORÇA DA INICIATIVA/UM SER
 HUMANO DE DEBILIDADE PENSAMENTO/UM SER
 HUMANO QUE PENSE COMPARA PELO COLECTIVISMO.



O INDIVIDUALISMO
A DESSTABILIZAÇÃO DOS EQUILÍBRIOS DA PLANEJA
NOSTAS PASSADEIS DE DECAÇÕES SUCESSIVAS
SEM QUEM GOVERNE/SEM QUEM GOVERNA/É A RES.
PONSABILIDADES/VÓS SOIS A APARELHA DA POLÍTICA
SÓ A PARTE DA MESMA SOIS A RESPONSABILIDADE
INSEIRINDO A SOCIEDADE LLAS ALBERTOS OS DUCHES
AS CALERIAS SOCIAIS BATES A LUDA FAVORSOLO
ELITES A MUSEIA DO MÃO DA REESTRUTURAÇÃO DO LAR
NO BSM DA MORA RESTRUTURANDO REESTRUTURANDO
REFORÇANDO O BSM
UMA SOCIEDADE QUE NÃO VIVE PARA O TODO É UMA
SOCIEDADE/ NÃO VIVE O COLECTIVO DA POPULAÇÃO
EDADE/É SOCIEDADE SEM FUTURO
SEM FOME A MISSÃO EXISTE/ EXISTE RESPONSABILI-
DADDES/ ESSAS É DE VOSSA PESSOA GOVERNA-
RA A RESTRUTURAR MONTEO BARALHO DE CARTAS
MONTEO BODEL SEM IDENTIDADE MENTAL ORGANI-
ZADA COLECTIVA A SUBSISTÊNCIAS
BATES VÓS E OS OUTROS QUE A ESTREMA SOIS
A RESPONSABILIDADE DA FOME DA FALTA DE TRA-
BAJOS DE DECONCENTRO DE UMA SOCIEDADE DIGNA
DESSA PRINCÍPIO O INDIVIDUALISMO

6

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. Toda a correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Carlos Santos - "Sr. Presidente, Digníssima Assembleia. Foi publicado no passado dia 3 de Março um comunicado do PS - Albufeira com o título "Albufeira uma cidade sem soluções de estacionamento" onde se diz e passo a citar "*constitui uma tarefa quase impossível encontrar um lugar para estacionar na cidade*" e ainda "*não se vislumbra qualquer solução para o inferno que é o estacionamento na cidade de Albufeird*". Este comunicado publicado num jornal local e lido por alguém que nunca veio a Albufeira, que não conhece a cidade, fica, no mínimo, com muito pouca vontade de cá vir. Este comunicado é de alguém que não conhece a realidade do estacionamento em Albufeira e importa, nesta Assembleia Municipal, denunciar posições destas, vindas de um Partido, e é bom não esquecer, que foi poder neste Concelho até 2001. Isto é, há dez atrás. Importa perguntar quantos parques de estacionamento criou o PS enquanto poder, que espaços ficaram reservados para tal? Um Partido responsável não pode, não deve, mentir desta maneira aos cidadãos de Albufeira e não só, aliás não sei bem o que se passa no PS de Albufeira, onde a desorientação política é tal, que o único Vereador eleito, repito o único, falta constantemente às reuniões de Câmara e pasme-se, há duas ou três reuniões atrás, só o quarto elemento da lista compareceu dada a indisponibilidade dos três primeiros. Bem, como cidadão que vivo há mais de trinta e cinco anos em Albufeira e que sempre acompanhou as alterações que a vila, depois cidade, foi sofrendo ao longo de todos estes anos, quero repudiar totalmente este comunicado e referir o seguinte: existem a pouco mais de cinco, sete minutos a pé do centro administrativo e comercial da cidade dois parques cobertos: o P1 no Pau da Bandeira - 525 lugares; o P5 na Avenida 25 de Abril - 204 lugares. Num total de 730 lugares. Parques estes da responsabilidade do executivo PSD com o Polis, é evidente, no caso do P5. Além disso, parques executados à superfície com as respectivas empreitadas de requalificação, temos: Terminal rodoviário - 40 lugares; Estrada dos Brejos em frente à Escola Básica e Secundária de Vale Pedras - 150 lugares; Estrada dos Brejos em frente ao Infantário Amendoinhas - 50 lugares; Estrada das Fontainhas em frente ao restaurante "Lá Em Casa" - 50 lugares; Estrada de acesso ao estádio e pavilhão desportivo - 150 lugares. Temos assim mais 440 lugares. Os Parques provisórios: "Casa Águas" em frente ao Beato Vicente - 50 lugares; Av. Francisco Sá Carneiro Norte - 80 lugares; A meio da mesma Avenida - 150 lugares; Em frente ao Edifício das Finanças ao lado da Câmara Municipal - 200 lugares. Estamos a falar de parques provisórios, num total de 480 lugares. O Parque das Canas, ao pé da Igreja de Santa Ana, este do executivo PS - 80 lugares e o Parque de Vale Faro - 105 lugares, também do executivo PS. Previstos até 2013, segundo informação que obtive da parte

do Sr. Vereador, temos o P6 - 550 lugares. Todos conhecem as razões, já foram por diversas vezes mencionadas nesta Assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara, que levam a que este Parque não esteja ainda executado. O Parque na periferia, à superfície na zona da subestação da EDF - 500 lugares. Portanto, parques previstos. Importa também referir, no P5, os utentes que gastem no comércio local dez ou mais euros, auferem, nas duas primeiras horas, de estacionamento gratuito. Não existe, actualmente nenhum parquímetro à superfície, mas também é bom lembrar que os parquímetros colocados pelos executivos PS na Avenida 25 de Abril e Avenida da Liberdade, parquímetros esses que tanta polémica geraram na altura, hoje já não se estaciona na Avenida 25 de Abril, está lá o P5, mas na Avenida da Liberdade toda a área foi requalificada, tem mais de 250 lugares e o estacionamento é grátis. Para terminar, gostava de lembrar que este executivo tem colocado, também, autocarros grátis entre alguns pontos da cidade e o centro em eventos realizados, que chegam a superar mais 121 100 mil pessoas presentes. Estou a falar da passagem-do-ano e certos eventos em Agosto. Gostaria também de dizer que, o parque coberto da Marina de Albufeira tem também, mais de 300 lugares cobertos e que as primeiras três horas são também grátis. Isto vem a propósito da situação que passo a referir: Todos nós sabemos que às forças de segurança cabe fazer cumprir a lei e em todas as situações, mas também sabemos que essa mesma lei não é definida pelas forças de segurança. O sentido e os sinais de trânsito no Concelho, na vertical, bem como a marcação do pavimento, na horizontal, são da responsabilidade da Câmara Municipal. Não pode haver, nem deve haver, nenhuma dúvida ou equívoco nesta matéria. Não pode, também a autoridade multar viaturas em locais que não estão devidamente sinalizados. Cabe às forças de segurança colaborarem com a Câmara Municipal, sugerindo alterações, se for o caso, que visem melhorar a segurança rodoviária e pedonal na cidade e no Concelho. Por vezes a actuação das forças de segurança transmite ao comum dos cidadãos que andam numa verdadeira caça à multa e isso é que é inaceitável, essa a razão que levou muitas dezenas de albufeirenses a manifestar-se em frente à Câmara. Tenho dito." ---

Vitor Clemente - "Em termos de resposta àquilo que o Membro desta Assembleia, Carlos Santos, acaba de citar, no que diz respeito ao Partido Socialista nessa situação da comunicação do dia 3 de Março, eu não estava cá, por isso tenho algum tipo de desconhecimento. Mas, em face daquilo que ouvi, há correcções que têm de ser feitas. Este executivo tem feito um trabalho que é o normal, como no passado, os outros executivos. E eu não vou citar as forças partidárias, porque nesses executivos todas as forças partidárias estavam lá incluídas, têm todos o mesmo direito, os mesmos deveres e a mesma atenção. Todos eles colaboraram para que os parques de estacionamento fossem possíveis em Albufeira. Veja a situação, da parte do Polis, aquilo que foi desenvolvido. Veja a situação, em termos de Orçamentos dos anos passados daquilo que foi feito. Eu costumo dizer e digo mais uma vez: a Câmara é uma, os Presidentes vão passando de quatro em quatro anos ou de oito, vão deixando obra e, é por isso que eles se candidatam, para deixar obra. É pena, Albufeira poderia ter mais parques de estacionamento, com o nosso esforço, elementos da Assembleia. Devemos assumir que

por vezes discutimos mais lá para fora, do que discutimos as coisas de interesse para a nossa terra, para o concelho de Albufeira. Devemos discutir mais abertamente. É certo que nós, elementos representados na Câmara como Vereador, temos um, o único que você citou e frisou. Não se esqueça, uma andorinha não faz aqui uma Primavera. Isso significa que no passado também houve forças políticas que também tiveram um, tiveram dois, outros tiveram três e no futuro seja aquilo que o eleitor quiser. Há um respeito sobre estas situações e, da nossa parte, do PS, temos esse respeito quando ganhamos e quando não ganhamos. Temos o respeito pelas pessoas que executam a parte do serviço, quando ele tem dignidade. A sua crítica em relação a esta situação, eu aceito. Em termos de discussão, não estou a discutir nem que está bem nem que está mal, mas contesto algumas situações, situações essas que talvez, desculpe o termo, de fraca memória. E quando citava que em frente à Câmara Municipal estava um parque que foi do executivo PS. Não! Foi do executivo que era do PS, era PSD e CDS, ou CDU, possivelmente na altura. Esse era o executivo, eles é que definiam. Se bem que a situação, no que diz respeito ao Plano e ao Orçamento era da responsabilidade do Partido que ganhou as eleições. Todos os Vereadores, bem ou mal, também contribuíram, bem como nós, elementos da Assembleia, também estamos a contribuir para o bem-estar de pessoas. A situação de pessoas lá longe que desconhecem Albufeira, eles não vêm a Albufeira porque em face desta comunicação que foi feita pela responsabilidade de alguém do PS, como dizia há pouco, no dia três de Março eu estava ausente, o Sr. Presidente da Assembleia sabe que estava fora do país, por isso não irei dizer nem tecer qualquer consideração. Considero que, de facto, aquilo que está em causa e aquilo que citou o partido Socialista, eu faço-lhe a defesa." -----

Luis Reis - "É também para referir esta última apresentação quanto aos estacionamento em Albufeira. Não me vinculo a este tipo de pronunciamento, mas queria explanar um pouco o assunto. Lembro-me que o estacionamento sempre foi um problema grave em Albufeira. A partir dos anos setenta o estacionamento começou a ser precário para quem nos visitava. O aumento do número de visitantes não foi correspondido, proporcionalmente, à criação de estacionamento. Quanto a isso acho que não há o mínimo de dúvida. O último estacionamento aberto, que é o do "Pau da Bandeira" e que vai colmatar alguma deficiência que tínhamos ali naquela zona Nascente, contudo, nós presenciamos e todos nós que sempre estivemos cá, sabemos que sempre assim foi, os estacionamento são, normalmente, retirados com promessa de criação de parques de estacionamento que vêm muito tardiamente e que nunca substituem, na altura e nem em termos breves, os estacionamento que são retirados. E tudo isso começou quando os estacionamento começaram a ser retirados das ruas, quando nós estacionávamos em diagonal. Compreendemos muito bem que, obrigatoriamente, tem que haver esse tipo de estratégia para conseguir limitar ou estabelecer uma certa ordem no estacionamento, mas, o que é certo é que, os estacionamento em Albufeira os que servem o "miolo", o centro urbano, continuam a ser poucos e caros. Foi referido novamente, o gasto de dez euros para se conseguir usufruir de duas horas de estacionamento gratuito. Faz lembrar de quando nós tivemos

aqui um governador que era o Cabrita Neto que dizia que para entrar em Portugal tinha-se de ter oito mil escudos na algibeira se não era considerado "pé descalço". Esta história é um bocado a mesma coisa. Tem de se gastar dez euros para conseguir ter duas horas no parque de estacionamento que, se calhar no Inverno, quando se impôs essa situação dos dez euros, já perguntei uma vez, se calhar até os benefícios que esse parque de estacionamento começou a dar, se calhar até foi inferior aquilo que estava a dar. Contas a ver, ninguém me disse ao contrário. Eu dou um exemplo flagrante desta situação dos parques de estacionamento. No dia-a-dia, no mês de Junho, Julho, Agosto e Setembro, os estacionamentos são inferiores à quantidade de visitantes que cá temos e quantidade, digamos, normal, já não digo à sexta-feira. Queria só lembrar que na altura do Polis, foi delineado um parque de estacionamento no Rossio, num terreno que iria ser expropriado ao António Cabrita e, com a intervenção do Dr. Cravinho impediu que essa situação fosse para a frente. E como de costume, os estacionamentos primeiro são retirados das ruas e depois são permitidos parques de estacionamento, este por acaso falhou e condicionou os estacionamentos ali e em todo a volta, e o que é que acontece, nem há parque, nem há estacionamento. Os estacionamentos ficaram limitados e dezenas de pessoas que tinham ali estacionamento naquelas ruas, travessas e becos, actualmente não têm. Nem sequer o prometido foi devido." -----

Francisco Calhau - "É apenas para afirmar que, sobre a questão do estacionamento, acho que o documento que foi lido pelo colega Carlos Santos, da sua autoria, é extremamente elucidativo da evolução que tem havido no concelho de Albufeira, especificamente, neste caso, na cidade. Por outro lado, as características de sazonalidade, que esperemos que, no mínimo, se não conseguirmos encher durante o ano inteiro a cidade, pelo menos consigamos manter aquilo que tem sido a característica de Albufeira, que é encher nos meses de Junho, Julho e Agosto. E muito dificilmente vamos conseguir resolver nesses meses, o problema do estacionamento. A única coisa que vamos fazer e, aliás, tem sido uma obra deste executivo e dos executivos desde 2001 para cá têm feito esse trabalho, em complementaridade, por um lado, a via do Programa Polis, em substituição manter aquilo que o Programa Polis falhou, é bom recordar, tudo o que se tem feito é tentar regular aquilo que é os meses fortes de grande afluência turística, a forma como as pessoas têm acesso ao centro da cidade. E eu acho que, se alguma dúvida existe, porque isso está a ser muito bem regulado, basta ver os eventos e a quantidade de pessoas que esses eventos concentram em Albufeira, a forma como entram, a forma como saem, de uma forma pacífica, sem grandes problemas, evidentemente, com uma afluência tremenda de carros e de pessoas, que se espera que continue a ser. Eu penso que há uma certa injustiça política naquilo que foi a origem desta discussão, ao dizer-se que, em Albufeira não se tem feito nada pelo problema do estacionamento. Tem-se feito, como se tem feito muitas outras coisas, basta olhar as fotografias de 2000 para cá. Não estamos a tirar mérito a ninguém que esteve para trás, mas estamos a dizer apenas aquilo que tem sido feito desde essa altura para cá e que tem sido bastante obra." -----

Francisco Oliveira - "No fundo, era só para reforçar esta questão da apresentação feita pelo colega Carlos Santos, relativamente à questão do estacionamento. Eu penso que será humanamente impossível que se consiga ter estacionamento para tudo o que é visitante em Albufeira, ou mesmo até residente. Por mais estacionamento que se faça, realmente isso seria incomportável conseguir ter um lugar para cada turista ou residente. Mas eu lembro e na própria referência que o Carlos Santos faz na apresentação, que o referido comunicado refere também duas questões que eu acho que são fundamentais: primeiro, é que é a Câmara Municipal quem define o que é o estacionamento, é a Câmara Municipal quem define o que é a sinalização e depois apela a que a GNR, efectivamente, tenha alguma atitude, mais concordante com a população e com o estacionamento. Eu lembro que a determinada altura, não foi com certeza o PS, mas houve uma manifestação, junto da Câmara Municipal, no sentido de alertar as forças de segurança, para que fossem um pouco mais moderadas no que diz respeito aos residentes de Albufeira. Porque não se trata, infelizmente, ou felizmente, numa certa classificação dos turistas, mas sim, até na época baixa, os residentes. E, passo a citar, no que diz respeito ao centro de Albufeira e até junto da Câmara Municipal, devo dizer que no passado 25 de Abril, o meu carro foi bloqueado, estava em frente à Câmara Municipal, que não é propriamente uma zona de grande trânsito, ainda para mais num respectivo feriado. Mas não é essa a questão! A questão, nem se põe em Julho e Agosto, porque, de facto, nesses meses não há estacionamento para todos. A verdade é que, esta situação começa a determinada altura, com alguma intransigência por parte das forças de segurança, que têm multado tudo e todos, e nomeadamente até os residentes, ou grande parte dos residentes, durante a época baixa. Portanto, a construção de mais parques de estacionamento, como disse, não resolveu, eventualmente, as questões relativas ao estacionamento. Mas junto às zonas centrais e é nessas zonas em concreto, o excesso de zelo por parte das entidades oficiais, neste caso, as forças de segurança que terão de cumprir a lei, é que se deixa de verificar. Por isso mesmo é que reafirmo, que levou de há um, dois anos para cá, alguma revolta na população de Albufeira como a forma e a situação estava a ser **criada**. Tenho dito." -

Carlos Santos - "O que eu disse, nem pedi à GNR, para ser condescendente. O que eu digo é que, cabe às forças de segurança colaborarem com a Câmara Municipal, sugerindo até alterações, se for o caso, que visem melhorar a segurança rodoviária e pedonal. Não estou a dizer que a GNR deva ser mais condescendente. Segundo ponto: é que, realmente, e em resposta àquilo que o Sr. Vitor Clemente disse quando se me dirigiu, eu limitei-me a ler um comunicado que vem assinado pelo PS de Albufeira, mais nada. Se tem a ver com alguém que sabe, ou deixa de saber, para mim é-me indiferente. E aquilo que não acho que esteja certo, repito, é que se considere que seja um inferno estacionar um carro em Albufeira. E daí, ter reunido estes dados, que afinal mostram que há estacionamento em Albufeira. Obviamente, que não haverá, se calhar, a possibilidade de levar o carro para dentro da Câmara, quando se vai tratar de um assunto à Câmara. Mas estão lá dois parques perto, cinco, sete minutos. Tenho dito." -----



Luis Reis - "É só para definir que, na realidade, acho que os parques de estacionamento que têm vindo a ser criados continuam a ser poucos, e as oportunidades que houve para criarem mais não foram aproveitadas. Continua a ser um inferno estacionar em Albufeira nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro. Todos nós temos dificuldades nisso." -----

Presidente da Câmara - "Sobre esta questão do estacionamento, só queria acrescentar duas coisas. A questão dos estacionamentos, em qualquer cidade do Algarve, ou em qualquer cidade do sul de Espanha, nunca são suficientes. E ainda bem que não são suficientes, mal do dia em que sejam suficientes os estacionamentos em Albufeira. O que se passa é que, Albufeira é uma cidade, como o Algarve é, sazonal e, portanto, aquilo que de Inverno sobra, de Verão faz falta. E o que acontece é que, o município, nestes anos, teve muita dificuldade em convencer estes projectos do Polis, que eram projectos complementares da responsabilidade dos privados. É o que lá está, e a Câmara assumiu o projecto do P5, que era da responsabilidade dos privados. E o P1, que o privado fez, tenho dito que, ainda estou para perceber como é que consegui convencer a empresa a gastar cerca de sete, oito milhões de euros, para rentabilizá-los daqui a vinte, trinta anos. Enquanto nós vamos a Lisboa e os parques estão todos cheios, obviamente, que aqui é diferente. E aqui há uma cultura de não pagar. Neste momento, vamos a Loulé e não conseguimos estacionar o carro em lado nenhum, na cidade, sem pagar. Vamos a Faro, temos de pagar. Vamos a Portimão, temos de pagar. E por isso, a questão dos parques, há aqui um pormenor que vocês se esquecem, é que milhares de pessoas chegam ao centro de autocarro, nos transportes públicos que não existiam. No ano passado andaram quase um milhão e meio de pessoas nos transportes públicos. Os táxis também têm o seu trabalho. Não há solução mágica em relação aos parques de estacionamento! Em relação ao P6, tem sido um problema muito complicado, desde que aquela empresa faliu, para encontrar uma outra empresa que possa concorrer, para fazer um parque que só vai rentabilizar daqui a vinte anos. Nós vamos tentar levar terça-feira, outra vez, esse parque de estacionamento, com uma novidade, que é entregar a obra àquele que pedir menos dinheiro à Câmara, e pondo no lugar de vinte anos, trinta anos. Estão três, quatro, empresas a tentar concorrer a este processo. Eu acho que todos temos razão nisto, é a forma como se diz as coisas, talvez, mas o centro antigo de Albufeira e aquilo que foi a zona de expansão onde está a Câmara, face às características daquilo que foi ali planeado, quase que não deixaram espaço para estacionamento, além daquele que já lá está. E na baixa não é possível fazer mais espaço de estacionamento. Não se pode inventar! Não podemos demolir edifícios para fazer estacionamento. Portanto, o que há ali é a história do P6, para fechar a malha, é eventualmente, naquele terreno em frente às Finanças, quando construírem ali um prédio, deixar um parque de estacionamento subterrâneo e, na zona do Lidl, naquela subestação, ficar um espaço neste plano para que fiquem sempre ali disponíveis seiscentos, setecentos lugares num parque de periferia. É a realidade! Tudo o que vamos fazendo, vamos juntando uma série de lugares à volta, no que é possível juntar. O que o Carlos disse, eu também lamento. A imagem que se passa, que

é um inferno estacionar em Albufeira, numa cidade turística, obviamente que, isso não favorece a imagem do município para quem quer vir para Albufeira. Nós ouvimos dizer coisas de certas cidades, e só porque ouvimos dizer, acabamos por já não ir lá ou adiamos. Acho que tem sido feito um esforço para que haja soluções, mas não vale a pena porque não se encontram soluções, e mal será o dia que se encontre lugares para toda a gente. Antes, uma família tinha um carro, agora têm quatro ou cinco carros. Esta é a realidade! Há-de haver o tempo em que terão só um carro, mas agora ainda têm quatro ou cinco." -----

Carlos Lima - "Só quero dizer duas coisas. A primeira é que, concordo plenamente que é extremamente complicado ter estacionamento para toda a gente. A outra questão prende-se com as forças de segurança. Eu sei que eles têm que cumprir a lei mas, é curioso que eles só fazem cumprir a lei no Inverno. No Verão multam toda a gente. E acho que há alguma insensibilidade, principalmente em algumas ruas da cidade e estou-me a referir concretamente à Rua da Igreja Nova. Isso passa-se quase todos os dias com o meu cunhado, que tem de ir tratar da minha sogra que tem noventa anos. Ele chega a estacionar lá e vem um polícia e nem sequer o deixa ficar dentro do carro. Isto demonstra a insensibilidade das forças de segurança. Neste capítulo, acho que a Câmara deve permitir o estacionamento com duas rodas em cima do passeio, arranjar uma solução para as pessoas não terem, constantemente, problemas com a GNR. Aqui faço um parênteses, para dizer que o meu amigo Carlos Santos esqueceu-se daquele parque de estacionamento de setenta e três lugares, feito na altura do PS, junto à Cantina Municipal. E isto para dizer que, junto à escola secundária, apesar de ter sido feito esse parque, continua a não haver estacionamento para toda a gente, o que é normal. O que não é normal é estacionar dois minutos e isso aconteceu comigo, não estava bem mas foram dois minutos, e quando cheguei tinha a multa passada por aqueles senhores que têm parque de estacionamento privativo ao lado. E aí, acho que não devemos entrar naquela de "olho por olho, dente por dente", mas não se percebe que haja insensibilidade de pessoas que têm lugar garantido quando vão trabalhar. Porque quando chegam ao posto da GNR têm lá parque para eles. Eu passo por lá quase todos os dias e o parque metade está vazio. Mas os Senhores, sem desprezo por aquela profissão, têm o lugar deles garantido, mas se verem alguém com uma roda em cima do passeio, conhecendo as pessoas, sabendo que são da escola, sabendo que parou um minuto, vão lá e multam logo. Aí, há insensibilidade e temos de chamar as coisas pelo nome. Eles estão a cumprir a missão deles, agora, tem que haver bom senso. Não me venham dizer que a missão das forças da GNR não pode ser cumprida com bom senso. Tem que ser, obrigatoriamente, com bom senso! Era isto que queria deixar registado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----



ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 22/12/2010; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Carlos Gabriel e Rosário Charrua. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de resíduos sólidos e higiene urbana do município de Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Vitor Clemente - "A situação da parte do regulamento, eu creio que todos lemos, eu também o li. Há situações aqui que nós deveríamos verificar porque irá ficar por uns tempos, o último foi de 2002 e estamos em 2011. Sobre a técnica não vou tecer qualquer tipo de consideração, não me compete, e quem seria eu para tecnicamente abordá-lo? Mas, politicamente, compete-nos a todos nós, não só da oposição, bem como da parte dos outros elementos. Há aqui algumas situações que seria bom ter algum tipo de esclarecimento. No art.7º, na pág. 10 deste regulamento diz: "*O Município de Albufeira poderá estabelecer protocolos...*". Já no passado, no outro regulamento, isto foi situação de matéria porque já lá estava e agora continua. A minha pergunta é: existe algum protocolo com associações ou com entidades, unidades hoteleiras julgo? Há uma que soube em tempos, não sei se se mantem ou não? Depois, na pág. 24, no que diz respeito a limpeza de praias. A limpeza de praias, julgo não estar a cometer

nenhuma gafe, tem sido feita a responsabilidade, exclusivamente, da Câmara e pessoal da Câmara. Nas zonas concessionadas a limpeza da praia é da responsabilidade do concessionário, mas a praia não é jurisdição da Câmara Municipal, é jurisdição marítima, por isso julgo que esse assunto esteja devidamente tratado. Seguimos para a parte mais política, do art.62º até ao 69º, aí, desculpe o termo, é que a "porca torce um bocadinho". São as tarifas. É certo que, no que diz respeito à situação de tarifas, a Assembleia não tem nada a ver com isso, porque é uma responsabilidade do executivo. Em pleno executivo, aprovam ou não aprovam, as tarifas a serem aplicadas. Hoje em dia, como alguém citava, como a situação económica e financeira está, não só para os privados mas também para a Câmara, haveria de haver aqui algum bom senso ou consenso, no que diz respeito às tarifas. E isto serve para os três regulamentos. É certo que, a Câmara Municipal, e é compreensível, não pode fazer mais parques de estacionamento se não tiver receita, porque hoje em dia o dinheiro já não cai do céu, já não vem da comunidade e isto começa a doer. Na pág. 28, com base no n.º5 e n.º6 do art.62º, a Assembleia ao vir aprovar esta situação, desculpe Senhor Presidente, mas estamos a passar um cheque em branco. Não tenho esse problema consigo, mas ao nível da parte do executivo, um cheque em branco, alto lá! A situação dos 30% não é muito bem clara para quem gere dinheiros públicos, para quem vem, depois, aplicar as situações por parte das tarifas. Nos termos deste regulamento, quanto aos tarifários, são da competência do executivo, como há pouco referi não é necessário pedir à Assembleia qualquer tipo de aprovação, mas em termos de regulamento é à Assembleia que compete. Meus caros, é certo que, é muito difícil e eu compreendo, com o quórum que existe, a Câmara vir a retirar para corrigir algumas situações, logo não digo "*remeta para uma comissão, remeta para ser analisado*". Está cá, vamos votar, mas, há o voto de plena consciência daquilo que vai acontecer. Tenho dito." -----

Francisco Oliveira - "Está tudo mais ou menos dito. Só gostaria de acrescentar, relativamente ao ponto que falou o Vitor Clemente, a questão da possibilidade de haver este aumento, esta flexibilização dos 30%. Quer neste, quer noutros pontos do próprio regulamento, retira-se a capacidade fiscalizadora à Assembleia Municipal e, portanto, só com a alteração do regulamento é que poderá a Assembleia Municipal ter voto na matéria. Parece-me uma situação relativamente perigosa, independentemente do executivo que tiver em função. E é, de facto, nesse sentido que nós manifestamos essa preocupação porque, lá está, o aumento das tarifas diz respeito ao executivo, mas outras áreas do regulamento permitem uma certa flexibilização que permite haver aqui um acréscimo de 30%, ou até 30%, que poderá ser penoso, e neste caso concreto, a Assembleia Municipal a aprovar, naturalmente se mais tarde vier a acontecer, nada poderá fazer, uma vez que o seu poder de fiscalização ficou limitado. É só isso." -----

Vitor Clemente - "Queria acrescentar uma coisa. No art.63º, no parágrafo oito diz que a aplicação dos tarifários especiais é feita pelo período de um ano, isto nas tarifas sociais. Eu pergunto e solicitava ao executivo, se haverá possibilidade de alguma correcção, de passar de um ano para seis meses. Há pouco dizia o Senhor Presidente muito bem e é conhecido, Albufeira é sazonal, mas diminuta. E esta situação para ser



analisada, depois iremos saber como, talvez seis meses fossem uma medida mais justa, porque há pessoas que trabalham nesta situação, em termos de turismo, quatro, cinco ou seis meses, depois deixam de trabalhar e subsídios de desemprego não há e depois começamos a ter problemas, mesmo no que diz respeito a tarifas sociais. É só uma chamada de atenção, porque é compreensível que no regulamento seja um ano." -----

Luis Reis - "Quero referir o art.53º na pág.24 que fala da limpeza das zonas exteriores de estabelecimentos comerciais ou industriais. Ou não entendo bem, ou então, vejo que há determinadas ruas de Albufeira que deixarão de ter limpeza. *"Os estabelecimentos comerciais, de restauração e bebidas, devem proceder à limpeza diária das áreas confinantes aos mesmos e da zona de influência, bem como das áreas objecto de licenciamento para ocupação da via pública,..."*. Eu entendo isso de restauração e bebidas como um estabelecimento comercial. Um estabelecimento comercial não suja o exterior do seu estabelecimento, porque vende artigos que são levados pelos clientes, não são artigos de consumo imediato. No n.º2 deste artigo diz *"...estabelece-se como área de influência de um estabelecimento comercial uma faixa de 2 metros de zona pedonal a contar do perímetro da área de ocupação da via pública."*. Temos, por exemplo, na zona da baixa, ruas que não têm mais do que oito metros, se é permitido ao comerciante dois metros de ocupação de via pública, o comerciante oposto terá também dois metros e o outro mais dois metros e assim sucessivamente, a rua deixa de ser limpa pela Câmara. Temos os oito metros limpos pelos estabelecimentos, quer seja comércio, quer seja de outra adesão." -----

Presidente da Assembleia - "Aqui, quando fala em estabelecimentos comerciais, concretiza, são de restauração e bebidas. Não são todos!" -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de abastecimento de água do município de

Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Francisco Calhau - "Eu gostava de intervir agora, independentemente de poder vir a intervir novamente ou não, mas gostava de recordar que, aquilo que aprovado anteriormente relativamente aos resíduos sólidos e aquilo que iremos discutir posteriormente, está tudo indexado àquilo que vamos falar agora neste ponto. Ou seja, aplica-se, independentemente das formalidades dos regulamentos, e parece-me que foi isto que ficou aprovado, a questão que tem a ver com a aplicação de tarifas, a aplicação de escalões, tudo isso, depende única e exclusivamente daquilo que nós estamos a discutir neste momento. E aquilo que aprovarmos aqui, aplicar-se-á, com retroactividade, no ponto anterior e aplicar-se-á ao ponto a seguir. Gostaria de situar-me neste ponto para que o debate possa ter isso em consideração." -----

Vitor Clemente - "Sobre a situação da parte do regulamento de abastecimento de água, lanço logo uma pergunta: em termos da situação do regulamento, qual a justificação que o executivo tem, para passar de cinco para quatro escalões? Porque alguns não sabem que estamos a pagar cinco e a partir deste regulamento vão passar a quatro. É certo que, como o colega Calhau diz e bem, todos estes três regulamentos estão interligados, até na factura, e é um custo muito grande. Digo, novamente, o regulamento é mais técnico do que político e insisto na parte das tarifas. A situação das tarifas que aí estão e que se avizinham, e cito mais uma vez, é compreensível e aceito como compreensão das situações, que o executivo necessita de dinheiro para fazer face às despesas que tem. São muitas as despesas correntes e poucas as despesas de capital. Mas, também é certo, que a dívida às Águas do Algarve também é grande e está-se avolumando. Devíamos evitar esse tipo de situação, antes que o familiar FMI venha por aí, mas as Câmaras dizem que têm muito dinheiro depositado. Isto dito pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios. Eu só cito mais o que diz respeito à situação das tarifas. Estamos a pagar, ainda hoje, no primeiro escalão, de 6 a 10, a trinta e três cêntimos ponto dezoito. O segundo escalão, estamos a pagar quarente e três cêntimos. No terceiro escalão, sessenta cêntimos. No quarto escalão, dois euros e sete cêntimos. E no quinto escalão, dois euros e quarente e um. E ao passar para quatro escalões, vem recalcular e é por isto que vem à Assembleia, senão não vinha. É apenas para fazer o recalcule no que diz respeito aos consumos, porque o executivo pode, muito bem, alterar a tarifa. É certo, eu compreendo Sr. Presidente, de facto tem um ponto de vista do executivo sobre a sociedade e sobre Albufeira. Tem isso tudo mas, no final, a factura começa a doer cada vez mais nas pessoas. Depois, há uma dificuldade em termos de leitura na pág. 41, alínea b) onde diz: "*A percentagem prevista na alínea anterior deve reduzir-se em 20 pontos percentuais em cada exercício económico subsequente.*" O que é isto? Está aqui um português que não é compreensível. Se poderem corrigir, corrijam. No entanto, fica registado meus caros, de que após a aprovação, vão desembolsar mais uns euros." -----



Presidente da Câmara - "Quero fazer um esclarecimento, porque isso dito assim, parece que nós estamos aqui a preparar documentos para ir "sacar" dinheiro às pessoas. Quero fazer lembrar que a alteração para os quatro escalões é uma recomendação da Entidade Reguladora. A Lei da Finanças Locais diz uma coisa muito clara, é que os municípios não podem vender água mais barata do que compram. É claro! Nós compramos água a quase cinquenta cêntimos o metro cúbico, e temos escalões a 0,33€, a 0,40€. E estes são os valores para as pessoas que têm mais dificuldades. Estas duas condições, uma da exigência da Entidade Reguladora, a alteração dos escalões, que era a pergunta que o Vitor tinha feito, a outra, o valor que temos nos escalões, muito inferior àquele que o município acaba por pagar a água que vem das Águas do Algarve, do Sistema Intermunicipal, e por outro lado, se fizermos uma comparação com vários municípios do Algarve, Albufeira está claramente num escalão inferior em termos daquilo que é a facturação, em termos daquilo que é o valor cobrado. Eram estes indicadores que eu queria deixar em esclarecimento." -----

Luis Reis - "Os timings deste aumento vêm coincidir com este momento de crise. Na última Assembleia em que foi aprovado o aumento de água, já toda a população sentia dificuldades, e veio gerar mais dificuldades à população de Albufeira. Presentemente, a crise agrava-se e temos mais uma perspectiva de um aumento. É isso que acaba por tornar difícil de aceitar, que a Câmara não tenha capacidade e não tem, daí que apresentou isto, para conseguir salvaguardar a crise por que as pessoas estão a passar. Lamento, sinceramente, que a Câmara venha alterar os escalões e que as pessoas, todos nós, venhamos a suportar mais um aumento." -----

Vitor Clemente - "O Sr. Presidente Desidério Silva falava da situação em termos de custos, no que diz respeito à aquisição da água, na casa dos cinquenta e sete cêntimos por metro cúbico. Também neste aspecto a Câmara paga as percas. Mas, a tarifa especial, que é lançada neste regulamento, com certeza, é com um valor inferior àquilo que a Câmara está a pagar às Águas do Algarve. Penso eu que seja inferior. Por isso, esse argumento, da situação que colocou, não está muito correcta no meu entender. No entanto, hoje sabemos e aliás, o executivo saberá muito melhor do que eu, daquilo que é cobrado no terceiro e quarto escalões, que dá perfeitamente para a cobertura dos gastos que a Câmara tem. E mal será quando não dê. A não ser que as percas sejam superiores a 34%, que não são. No entanto, o Sr. Presidente pode informar, se tiver valores consigo, aquilo que cobra e aquilo que paga, mensalmente, para nós sabermos qual a diferença. Até, possivelmente mais tarde, quando vier apresentar a proposta em termos de tarifas, elas ainda sejam baixas. O povo que aguente. Nós não queremos que a Câmara se afunde, de maneira nenhuma!" -----

Francisco Calhau - "Eu gostava que nós fôssemos capazes de discutir este assunto sem parecermos, de um lado bons e do outro, os maus da fita, que estamos aqui a querer criar problemas. Até parece que o executivo está a querer penalizar as pessoas, o que é negativo, nunca foi na vida, nem será. O que se passa até, inclusivamente, é que durante anos, contrariando, como o Sr. Presidente de Câmara disse, todos sabemos que a Lei das Finanças Locais diz exactamente que a água é para ser paga e não subsidiada,

durante muitos anos, com este executivo, subsidiou-se o consumo de água em Albufeira. E já agora, aproveito para dizer, que a Câmara continua a fazer esse papel. Porque há grandes consumidores a nível de empresas que lutam com as mesmas dificuldades que estamos aqui a falar e que a Câmara vai mantendo uma situação de inércia, que essas pessoas cumpram também os seus pagamentos, tendo em atenção não só as dificuldades dessas empresas, como inclusivamente o facto de serem entidades que empregam pessoas e que estão a desempenhar um papel social dentro do concelho. Portanto, nós temos um problema, não é um problema em que uns são bons e outros são maus, estamos todos envolvidos nisto. O que é um facto é que, o facto de durante anos termos subsidiado o custo de água, obrigou-nos no ano passado a ter de fazer uma actualização das tarifas, que foi penosa para as pessoas. Sem dúvida alguma que foi! Mas o que é um facto, comparando os preços da água no nosso concelho com aquilo que se passa nos municípios à nossa volta, continuamos a ter e a desempenhar um papel de alguma subsidiarização relativamente ao consumo. E portanto, isso, não somos uma ilha, tal como os outros concelhos, vamos buscar a água às Águas do Algarve. Aqui subsidiamos a água, mantemos o custo da água, e nos outros concelhos fazem o papel que o Estado nos obriga a fazer. A água é um bem escasso e que através do pagamento do seu real valor se deve fazer uma gestão eficaz daquilo que é o consumo. Infelizmente é verdade, nós sabemos que é assim, pagando o real custo da água todos nós vamos sentir e vamos ter que gerir melhor. Terá que ser assim, há um efeito pedagógico. A outra parte, que é uma preocupação que todos nós temos, é uma questão que pode ser aqui discutida é, o que é que pode implicar, em termos de actualização de tarifas, a proposta ou a indicação, se assim o quisermos chamar, da Entidade Reguladora, de passar de cinco para quatro escalões. Aí sim, há uma preocupação, também relativamente a esses escalões, provavelmente não irá ficar com o valor actual, o quinto escalão pode desaparecer, beneficiará aqueles que estão nesse quinto estarão actualmente. Essa é uma discussão que se pode ter. Quais são as implicações que daí advêm. Mas temos que ter sempre em atenção e não há pequenos consumidores nem grandes consumidores, há uma diferenciação do pequeno e grande consumo nas proporções de pagamento em cada escalão e o que isso afecta relativamente a águas residuais e resíduos sólidos, como já tínhamos visto. Agora, o que é um facto é que, temos de nos lembrar também, e volto a repetir, que há grandes consumidores que desempenham o papel como entidade empregadora dentro do concelho, que também estão aflitos, também tendem que seja tida em consideração a situação em que se encontram. Volto a repetir, não há bons nem maus, estamos todos a discutir um problema que é muito sensível, devemos ter alguma atenção. É só isso." -----

Francisco Oliveira - "Sr. Engenheiro, na sequência da sua intervenção, em termos de conclusão, temos de chegar, de facto, ao final e dizer: *"bem, de facto, a factura vai ser efectivamente mais cara."* Com a argumentação que referiu, de que existem empresas e entidades para as quais tem de se ter algum olhar um pouco mais ajustado, tendo em consideração que empregam pessoas, naturalmente vai agravar essa mesma situação. Portanto, em termos finais, a conclusão de tudo isto é, a factura será mais

cara, por via de indicação da Entidade Reguladora, para necessidade da venda da água ao preço igual ou superior ao que efectivamente é adquirido. Para além disso, continuo a referir e como referi no passado regulamento, o Sr. Vitor Clemente muito bem referiu, que este regulamento está ligado aos outros dois que estão aqui para discutir. E a questão continua a ser, esta margem que é permitida neste regulamento, em referência ao art.88º n.2 alínea e), que é a possibilidade, de em determinadas alturas do ano, haver uma diferenciação de 30%. Portanto, lá está, mais uma vez, retiramos à Assembleia Municipal a possibilidade de se pronunciar sobre estas questões e ao executivo poder apresentar tarifas de alteração sem o recurso de actualização da Assembleia Municipal. Tenho dito." -----

Presidente da Câmara - "Queria fazer alguns esclarecimentos, para as pessoas não ficarem com a ideia de que se o PS fosse governo nesta Câmara não se pagava água. Quero transmitir, para que fique claro, que entre aquilo que nós pagamos de água e aquilo que recebemos, neste momento, há um défice de quase quatro milhões de euros, para custos sociais e para aquilo que são as perdas que não chegam já aos 20%. Ou seja, é preciso perceber que o município em termos do reforço das condutas novas, da sua manutenção, em termos daquilo que são os recebimentos face à facturação, quando se paga às Águas do Algarve determinado valor e quando recebemos da população, há um défice de quase quatro milhões de euros. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que, muitas das situações, socialmente, são compensadas com a venda da água a trinta e três cêntimos e pagá-la às Águas do Algarve a cinquenta e sete. Isto é o primeiro ponto. Depois, estar a fazer futurologia de que isto se vai fazer, as tarifas sociais vão para cinquenta e sete. Nada disso! Nós temos demonstrado, claramente, a atitude que temos em relação às questões das tarifas, das questões sociais. A própria proposta fala, claramente, nas pessoas que têm dificuldades financeiras, fala nas famílias numerosas, fala em relação ao IRS. Há aqui situações que estão muito bem identificadas. E em relação às grandes empresas, as que são empregadores e que têm funcionários. Obviamente, os escalões são aqueles mas, havendo dificuldade, a Câmara também tem planos de pagamento como tem para particulares, no contexto de se encontrarem soluções. Uma coisa é certa, mais tarde ou mais cedo, não sei se será comigo ou o executivo a seguir, compra a cinquenta tem de vender a cinquenta. Se depois compensa as pessoas de outra forma? Haverá com certeza forma de compensar as pessoas. Basta a Lei das Finanças Locais entrar em vigor e dizer "*Vocês compram a água a cinquenta e sete, comprar a trinta e três, nós não transferimos verbas do orçamento de estado para essa autarquia*". Imaginem que sai uma decisão destas neste processo. Uma coisa é certa, a água é cada vez mais um bem essencial. Nem sempre se consegue reduzir todas as perdas e ao mesmo tempo controlar tudo. Neste momento, não estamos aqui a aprovar tarifas nenhuma. Não estamos aqui a aumentar nada, nem tarifas. Com essa conversa de demagogia, as pessoas pensam que vão daqui com a água mais cara. Nada disso está aqui em causa! O que está aqui, são regulamentos que nem sequer põem em causa as tarifas. A questão dos quatro escalões, é uma exigência da Entidade Reguladora. Nós vamos fazer os acertos dos regulamentos, vamos manter,

com certeza, os valores do primeiro ponto em relação às questões sociais mas, que fique bem claro, não há aumento das tarifas. Há uma preocupação social, como temos feito até aqui e essa questão é evidente, tendo em conta o que nas águas procuramos fazer, mas também no apoio ao arrendamento. Isso não se pode pôr em causa. Uma coisa é certa, algum dia se chegarem aqui, não há dúvida nenhuma que as pessoas vão continuar a pagar a água, vocês não vão oferecer a água porque isso não é possível, nem agora nem no futuro. Penso que esclareci." -----

Carlos Lima - "Eu percebo, que a água que se compra tem de ser paga, percebo que está a haver algum cuidado, tanto com os mais carenciados, como com os empregadores, mas a questão acho que não é essa. A questão de fundo, que ainda ninguém falou é, a que preço é que a Câmara compra a água e porque compra a esse preço. O que está aqui em questão, são as empresas públicas que, se calhar não estão a seguir os objectivos que devem seguir. O problema é esse! Porque a partir do momento em que nós começamos a comprar a água a alguém que nos impõe um preço, depois vêm as entidades reguladoras, portanto o discurso está feito, sabemos o que é que eles regulam, regulam pura e simplesmente "somos obrigados a pagar, independentemente do preço que eles fixam". O grande problema é esse! E isso é que devia ter sido evitado. E eu lembro-me dessas discussões quando elas tiveram lugar na Câmara, eu na altura sempre me opus a isso, e estava no executivo, era PS, e o PS aprovou isso. Eu desde sempre fui contra porque sabia que era isto que ia acontecer. Acontece com a água e acontece com os resíduos. Se temos de contratar fora, tem de ser pago! As Águas do Algarve, a EDP, a PT, toda a gente que presta serviços e que dizem que são entidades públicas, mas quanto a mim não são entidades públicas nenhuma, como entidade pública deve servir o bem público e não me parece que seja o que acontece neste caso concreto das Águas do Algarve. O grande problema é esse! Estarmos aqui a acusar quem mexe nas tarifas, é difícil. Eu percebo que tem havido cuidado, sempre houve e noto que continua a haver o cuidado com os mais carenciados, se bem que tenha havido um grande aumento e o impacto foi muito grande. É o que nós temos. A responsabilidade, nem é vossa, nem é da oposição, nem é dos políticos. Não houve o cuidado de salvaguardar o interesse público. A grande questão é esta e enquanto isto não for revisto vamos estar todos aqui, como se costuma dizer "a chover no molhado", a Entidade Reguladora obriga, a Câmara tem de fazer. Por mais ginástica que faça não pode contornar a exigência. Depois, consegue, com mais ou menos sensibilidade, que continuo a dizer, noto essa sensibilidade, poderá haver mais de outros partidos, mas a questão não é essa, a sensibilidade também pode ir até onde se pode ir e penso que essa sensibilidade existe. O problema é, dessas empresas que se dizem de interesse público, mas que são tudo menos de interesse público." -----

Francisco Calhau - "Concordo, em grande parte, com aquilo que foi o Carlos Lima acabou de dizer e pegando nisso, apenas para dizer que foi, entre noventa e cinco e noventa e oito, não tenho bem a certeza quando foi, mas as Assembleias Municipais do Algarve, tiveram de se pronunciar se aderiam ou não, às Águas do Algarve. Nessa altura foi perspectivado que a água em bruto fornecida aos concelhos, no ano 2000,

estaria muito próximo entre os trinta e cinco e cinquenta cêntimos. E, portanto, já na altura quando fizemos essa discussão na Assembleia, eu lembro-me que estava nesta Assembleia como muitos outros, achamos que era um valor exorbitante, mas não conseguimos, na realidade, combater essa questão. É esse problema que nós temos. É aquilo que se chama o preço da água em bruto no ponto de entrega no concelho. Chega aqui a cinquenta cêntimos e a partir daí, o executivo o que terá que fazer é, criar medidas atenuantes para determinados estratos sociais devidamente identificados que permita fazer face a esses problemas, como foi dito e é o que, de facto, está a acontecer. O que não deixa de, nesta discussão que temos tido aqui, ser válida a preocupação que está a ser manifestada, naturalmente." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do projecto de Regulamento Municipal de saneamento de águas residuais do município de Albufeira - 2011, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, antes de passá-la aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Câmara - "Obviamente que, este projecto de regulamento foi à Câmara, foi aprovado pelo executivo mas, o facto é que passados estes dias nós verificamos e queríamos por à consideração da Assembleia uma correcção, se assim o entenderem." (Apresenta proposta (doc.2)). -----



Assembleia Municipal de 27 de Abril de 2011 - Paderne

Pôr à Consideração

Ponto 5 da Ordem de trabalhos – PROJECTO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS

Sugiro à Assembleia Municipal que considere deliberar no artigo 93, ponto 3, alínea e, que a redacção do mesmo passe a ser:

Aos utilizadores do sistema público de fornecimento de água, a quem não seja possível estabelecer a ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais domésticas, será facultado gratuitamente os despejos anuais das respectivas fossas.

João de Camargo
Indeu

2



Francisco Calhau - "Eu apenas gostava de expressar o nosso regozijo por esta proposta do executivo que vai resolver um conjunto de situações que penso ser sensível, e que tem a ver com o facto de pessoas que não têm saneamento. À semelhança desta freguesia onde estamos, há outras, como é o caso da Guia, das Ferreiras e algumas zonas limites dos Olhos d'Água. Todas as freguesias têm população, que em número significativo, naturalmente, em que no futuro muito dificilmente, poderá ser resolvido também dada a circunstância da habitação ser bastante dispersa, portanto ser muito difícil ser resolvido o problema das pessoas todas. A existência dos chamados depósitos de águas residuais, ou fossas, as pessoas acabam por ser extremamente beneficiadas com esta medida que a Câmara põe e quer justiça, sem dúvida alguma. Queremos apenas dizer que, consideramos que é uma medida bastante boa para as pessoas e que vem ajudar bastante a combater o que poderá ser a agravante daquilo que foi a aprovação do ponto anterior e que somos obrigados pelas entidades reguladoras." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação com a proposta de alteração apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob despacho do Presidente da Câmara Municipal no uso das competências delegadas por deliberação camarária, do concurso público-aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais, do viveiro de reposição e relvado da pista de crosse das Açoteias; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "É só para fazer uma pergunta para que possamos ficar esclarecidos. Isto vem à Assembleia porque transita para o ano seguinte, não é?" -----

Presidente da Câmara - "É sim!" -----

Carlos Lima - "Não é propriamente sobre o objecto concurso que queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, mas era no âmbito dos equipamentos desportivos e destes

em concreto. Qual é a rentabilidade que este conjunto de equipamentos desportivos tem tido para a autarquia em termos turísticos e desportivos? Se têm sido rentabilizados pela autarquia? Se bem me lembro, foi uma aposta que já começou há algum tempo, que era no fundo dotar o concelho de quatro ou cinco equipamentos com condições para depois, a exemplo de como havia em Vila Real de S. António, tirar partido desses equipamentos desportivos no âmbito turístico. Era para saber, em termos de curiosidade, se realmente já se vê alguns frutos deste investimento no âmbito turístico. Não digo, tanto em questões monetárias, também sendo importante, mas mais na promoção do turismo." -----

Francisco Calhau - "A pergunta que faria era, se esta proposta salvaguarda algumas das especificidades que, eventualmente, haverão, caso a caso, se formos considerar as diferenças do que são os equipamentos desportivos em cada freguesia." -----

Presidente da Câmara - "Em relação ao Lima. É evidente que tem havido retorno, não é quantificável, como deves calcular. Mas os nossos campos estão, e particularmente na época de Inverno, Janeiro, Fevereiro, Março, estão permanentemente a ser solicitados para estágios, jogos entre as equipas estrangeiras que estão aqui a estagiar, e tem sido praticamente por todos os campos do concelho. Estamos a falar de futebol. E também, a pista das Açoteias, que foi recuperada, ultimamente tem sido quase "uma loucura" o número de atletas que estão naquela zona. Falo de quinhentos, seiscentos atletas que estão permanentemente a utilizar a pista e portanto, obviamente, utilizando os hotéis, a questão económica. Nós temos dossiers na internet em termos de promoção e temos permanentemente contactos a solicitar datas e até valores. O que nós temos feito é, que os clubes que têm a gestão possam eles fazer esse trabalho, de relação directa. Quando são os pavilhões, que são da gestão da Câmara, que é o caso do Municipal, o de Vale Pedras e o de Olhos d'Água, já tem havido pedidos no sentido de, o pavilhão ser o complemento das actividades. Nós agora quando tivemos na Suécia na feira do turismo e que depois fomos a Helsingborg, convidámos a equipa a vir estagiar em Albufeira e inclusive o Svart que já jogou no Benfica, é que coordena em Portugal as equipas Nórdicas que vêm pontos, e já temos reunião marcada. Levamos o dossier, levamos os equipamentos, levamos todas as condições e tem havido aceitação. Em termos da rede de infraestruturas do concelho, nesse aspecto, tem retorno. No aspecto, nosso, temos quase cinco mil miúdos a praticar desporto, cada vez temos mais pavilhões e os horários vão sendo cada vez menos, portanto, digamos que há aqui uma evolução nestes anos todos, que vem sendo consolidada e reforçada. Já há pedidos de horários para o da Guia que está em construção. Felizmente, tem sido bastante bom, para tirar os miúdos da droga e da rua. Há cidades e vilas neste país que têm infraestruturas que não têm ninguém, como vocês sabem, nós aqui, felizmente, temos os pavilhões sempre em ocupação permanente. Em relação a esta proposta, como sabe, o único que não estava em tratamento era o de Paderne, que agora foi inserido. É preciso ver que nós aqui, em termos de jardineiros e concursos, ou não aparecem ou os que cá estão, uns estão de baixa, outros vão para a reforma. Temos apenas os



suficientes para dar apoio às zonas das freguesias. Estão aqui dois jardineiros que assim passarão a dar apoio à freguesia." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de organização e de funcionamento do Serviço de Polícia Municipal de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "A Polícia Municipal depende directamente do Presidente, não é? O discurso aqui é um bocado o mesmo que ainda agora fiz com a GNR e a falta de sensibilidade no abordar das questões, porque com a Polícia Municipal também se passa o mesmo. A falta de sensibilidade no tratamento com as pessoas, e com os comerciantes, principalmente com a ocupação da via pública. Acho que não ficava mal as pessoas terem uma atitude pedagógica, como tinham antigamente os fiscais, que diziam como tinham de fazer. Não é chegar com a fita métrica, está medido e acabou, "*agora pagas duzentos e pagas mais quinhentos de multa*". E depois da multa estar passada, é complicado. Acho que, começa a haver uma falta de sensibilidade nas entidades públicas. As pessoas têm de ser mais sensíveis. Têm de se fazer entender. Têm de ser pedagógicos, objectivos e rigorosos. Mas o bom senso nunca fez mal a ninguém. Não as diminui em nada, só as enaltece. Acho que, se pudesse ser passado nas acções de formação, este discurso para essas entidades, de quem nós dependemos. Eles estão cá para nos servir, nos defender e para tratar bem as pessoas de bem. Mas, por vezes, esquecem-se. O que acontece, e cada vez mais, é que as pessoas de bem são as mais mal tratadas. Nós vemos e, todos os dias se fala nisso, os meliantes, as pessoas que criam problemas, não lhes acontece nada. Aqueles que tentam pagar impostos, tentam trabalhar no dia-a-dia, a primeira vez que, nem prevaricam, que se distraem, são logo



multadas. E aí já não há juiz nenhum que se compadeça, como se compadecem com as outras pessoas que deviam ter outro tratamento. Acho que é altura de começarmos a tratar bem as pessoas de bem. E, principalmente, as funções cabem a essas pessoas que são pagas por nós para nos servir. Claro que, com regras!" -----

Presidente da Câmara - "Vou fazer uma abordagem simples sobre isto. Eu partilho totalmente daquilo que estás a dizer. A minha teoria em relação a essas questões é de que a atitude seja pedagógica e que seja de correcção e de informação. Só que há comerciantes na praça que são abusadores repetitivos e que transgridem passados cinco minutos. Eu próprio já fui lá a baixo com os bombeiros e o Helder também, no sentido de fazer "uma limpeza", porque vão ocupando o espaço público, cada vez mais um pouco. Se fosse só uma vez, tudo bem, mas há comerciantes que se queixam, mas é repetitivo por eles essa ocupação. As pessoas para circularem na rua tinham de passar por dentro das coisas deles. Não é tão simples assim, nem tão linear. O que eu digo à Vereadora e ela tem falado com eles. Quando há situações desse género, eu próprio sou o primeiro a ficar "passado" porque não é essa a minha postura e nem a postura da Câmara. Há situações e situações! E, permanentemente, falamos da questão pedagógica da atitude da polícia municipal. Portanto, subscrevo uma parte e na outra parte faço uma correcção, mas por vezes é quase preciso levarmos um tractor e carregar tudo. Vocês sabem muito bem! Se for preciso dou dez ou doze exemplos para justificar esta minha correcção." -----

Carlos Lima - "Não se justifica essa correcção porque eu disse isso! Essa é a tal dos meliantes que nunca não lhes acontece nada. A esses é que lhes deveria ser retirado tudo. É isso que tem de ser feito!" -----

Presidente da Câmara - "E já fiz isso! E já tenho procurado corrigir algumas injustiças." -----

Luis Reis - "Concordo plenamente com aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer. Conheço comerciantes que, insistentemente, utilizam o desconhecimento e perpetuam uma transgressão que acaba por prejudicar os peões e que acaba também por, dado aqueles que não têm essa coragem de "soltar as veias", no sentido de impotência e de concorrência desleal. Eu penso que a maior parte dos comerciantes estão informados de que não podem ultrapassar as suas linhas de ocupação de via pública. Não quero deixar, contudo, de frisar que a polícia municipal não pode tão coactiva com a maior parte dos comerciantes que, por acaso até é algo que funciona mal, sair fora dos limites mas, na generalidade, está a funcionar, a maior parte das pessoas estão informadas. Já me aconteceu uma situação do género, onde tive de chamar a GNR, porque não conseguia que a pessoa em causa colocasse a mesa e cadeiras dentro do seu espaço." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor



Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2010, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; - O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2010, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Se fosse possível, gostaria que da parte do Sr. Vice-presidente me pudesse dar alguma explicação sobre este ponto e o seguinte. Nós, há relativamente pouco tempo, aprovámos, aprovaram os senhores, o Orçamento para 2011, que se irá configurar no mesmo sentido, em termos de défice, um problema para a Câmara

Municipal. Pensar que tem cento e cinquenta e cinco milhões e receber na casa dos sessenta milhões. Estamos a falar com valores a menos, enormes. Esta situação é bastante gravosa. As coisas estão difíceis! A dívida a terceiros em 2010 é de vinte e quatro milhões. Em 2009 foi de nove milhões. E as dívidas acumuladas com os empréstimos estão nos cinquenta e seis milhões. Significa que é quase a receita. Não há valores nenhuns da água que venham superar isto. É certo que o município com os seus quase mil e quatrocentos funcionários, os municípios são as empresas com o maior número de empregados do país, começa a ser preocupante. Antes de entrarmos no debate mais aguerrido, se possível, solicitava algum tipo de explicação, para que a minha bancada ficasse um pouco mais esclarecida. Lemos alguns números, mas não lemos tudo. Seria também bom para o município explicar as razões porque não chegaram aos setenta e cinco milhões e só chegaram aos setenta e dois ou setenta e um." -----

Presidente da Assembleia - " E perguntas em concreto, tem algumas ou não?" -----

Vitor Clemente - "A situação de perguntas em concreto, é o final da obra, é o que representa um ano de trabalho pelo executivo. Bem ou mal, nós criticamos. Pelo nosso ponto de vista não foi bem executado, através do Orçamento que foi aprovado para 2010. Foi aprovado para cento e cinco milhões, onde nós chamámos a atenção que, de facto, não era esse o valor, e tinham de ter cuidado. Também para 2011, chamámos no mesmo sentido a atenção, o executivo manteve e a bancada que suporta o executivo, numerosa, aprovou. Mesmo que não tenhamos aprovado também somos responsáveis ou co-responsáveis sobre isso." -----

Presidente da Câmara - "Parece que não sabemos do que estamos a falar. Aquilo que foram os últimos três anos, foi de uma decadência permanente, de uma curva descendente, de tal maneira que, eu só lhes posso dar um exemplo, em 2007, só de IMTs e Alvarás, tivemos uma receita de trinta e um milhões de euros e no ano passado não chegou a nove milhões de euros. A diferença é que, a economia estagnou, aquilo que seria em termos de perspectiva da evolução económica, caiu, e Albufeira não é uma ilha no contexto nacional. Os municípios do Algarve, como sabem, estão todos sujeitos a um processo de redução de verbas do Orçamento de Estado, por serem e terem sido ao longo dos anos, municípios que tinham uma componente de receita derivado daquilo que eram os IMTs e as licenças de obras e os alvarás. A partir do momento que isso caiu, drasticamente, não havendo receita do Estado, porque já tínhamos tido um corte em 2008/2009, em 2010 esse corte acentuou-se, em 2011 mais um corte, ou seja, nós que aqui há quatro anos recebíamos cerca de oito milhões de euros de transferência, neste momento são três milhões e pouco. Tudo isto, associado àquilo que foi a falta de receita. Depois, estamos num concelho em que nós assumimos uma série de responsabilidades, nomeadamente, na área da educação, embora haja a transferência tudo isto aumenta, são os transportes escolares, a questão dos apoios sociais, a manutenção das redes de saneamento, é a questão da limpeza, que tem que continuar a funcionar. É todo um conjunto de serviços que têm de dar resposta à população. E por isso, é evidente que, sendo o maior empregador, também é uma forma de manter as

peessoas a trabalhar, porque se tivesse menos era mais questões sociais complicadas que andavam por aí. Tudo isto, associado a esta incapacidade de haver receita. Temos o problema das questões sociais, muitas pessoas têm dificuldade em dar as suas contribuições, em diversas áreas. Em termos do IMI, vão retardando nas Finanças o seu pagamento. Não há transacções imobiliárias. É um processo em que, Albufeira não podia fugir a uma situação onde, obviamente, a situação do país nos levou a isto. É evidente que, a situação de Albufeira, é uma situação que se enquadra numa posição que não tem a ver com três ou quatro municípios que no Algarve, como vocês sabem, estão em situação muito mais complicada. Eu dou-vos um exemplo para sabermos do que estamos a falar: estamos a construir na Guia uma escola, o seu acesso e um pavilhão desportivo. E o que temos aqui? A Câmara Municipal comprou o terreno, gastou cerca de quinhentos mil euros. A escola e o pavilhão andam na volta dos cinco milhões de euros. Mais cerca de setecentos mil euros para acessibilidades. Já temos aqui cerca de sete milhões de euros. E o Estado, o que transfere para a Câmara para aquela obra não é suficiente nem para pagar o terreno que nós comprámos. Esta é a realidade! Depois, nós temos um compromisso, como vocês sabem, é a questão da "Aldeia da Solidariedade", os projectos estão todos em condições, vai para a plataforma nestes próximos dias, onde há uma verba de seiscentos ou setecentos mil euros, para este ano, para a obra. Temos também no plano o Centro Social de Olhos d'Água. Queremos também arrancar com ele e, num rol de três milhões e tal, o Estado entra com quatrocentos ou quinhentos mil euros. Portanto, temos aqui algumas dificuldades, porque é assim! As prioridades estão definidas. É, obviamente, o apoio na área social, que continuamos com cento e tal famílias na questão do arrendamento social. É a questão de outros apoios que damos. É a questão dos transportes. É a questão dos apoios aos clubes desportivos que, embora tenhamos reduzido, continuamos com milhares de alunos a utilizar as nossas instalações. Temos cinquenta por cento da bolsa de estudo. É uma máquina que tem de estar segura sob pena de haver situações realmente complicadas. Nesta fase, entre o dinheiro para o investimento e o dinheiro para estas questões que referi, a dúvida não está em lado nenhum, a dúvida não existe. Existe é, dar continuidade ao processo escolar, dar continuidade às questões sociais, manter as infraestruturas e manter tudo aquilo que são as necessidades básicas da população. Agora, não tendo verba, não tendo receita do Estado, não tendo receita do CREN, não tendo receita do município, é evidente que, não há milagres. Os milagres são, procurar equilibrar as coisas. Temos procurado reduzir custos, reduzir transportes, reduzir viagens, reduzir uma série de consumíveis. Temos feito um trabalho no sentido de reorganizar as coisas, reduzindo horas extraordinárias. Ou seja, há um esforço grande para que o município possa ter algum equilíbrio em contexto de crise complicada. E como disse, o município de Albufeira, tendo em conta a sua inserção nesta região, não tem apoios praticamente de lado nenhum. Foi por isso que eu disse, não sei se estão lembrados, quando foi o lançamento da primeira pedra da escola na Guia, se eu for Presidente de Câmara aquando da inauguração daquela obra, eu não convido ninguém do Governo, porque eu



não quero que, de um centro escolar que custa sete milhões e onde o dinheiro que o Estado dá nem dá para pagar o terreno, venham fazer uma festa como se aquilo fosse uma obra do Estado. Também tem de haver alguma moral neste processo, com todo o respeito que tenho pelos governantes. Só nestes impostos, do IMT e alvarás, de trinta e um passou para nove. Obviamente que nós não conseguimos fazer investimento, porque se não... Há algumas Câmaras com cento e cinquenta milhões, mas estão no reequilíbrio financeiro. Nós neste momento ainda não chegámos à condição, mas se calhar por este andar teremos de chegar, à questão do saneamento financeiro. O saneamento financeiro permite, obviamente, alguma folga para assumir alguns compromissos. O reequilíbrio financeiro é, no fundo, o FMI numa Câmara Municipal. Este é o processo. Neste momento, ainda nem sequer chegámos, felizmente! Os critérios e as ponderações, estão ainda abaixo desse patamar. Não é o caso, como eu disse, de vários municípios. Alguns nem têm pago horas, não têm pago aos professores. O nosso esforço, é no sentido do equilíbrio. Mas que, não está fácil, não está! Nem para nós, nem para a maior parte das Câmaras deste país." -----

Carlos Lima - "A situação do município é um bocado, em mais a situação do país. O município tem uma característica muito especial, que é viver alicerçada na construção. Tivemos os inconvenientes que todos conhecemos, de construção, em algumas alturas, desenfreada. Era à custa disso que conseguíamos receitas. Neste momento, uma coisa que veio por bem, que obriga um bocado a parar a construção, para este concelho foi fatal. A grande maioria da receita vem daí. Eu estou convencido que no futuro, vai ter de ser, procurar fontes de financiamento de outra forma. Eu lembro-me de em anos dizer, se o Estado transferisse verbas para os municípios em função do número de estudantes, do número de escolas, do número de atletas, se calhar era mais correcto. Mas, estamos todos a viver à custa da construção, que é uma coisa que toda a gente sabia; tem de haver construção, mas nunca pode ser o suporte do desenvolvimento do concelho. A primeira vez que aconteceu a crise, vê-se no que deu. E a partir daqui, como é que vamos sair disto, porque esse financiamento nunca mais vai voltar a ser o que era. Impossível! Nunca mais se vai construir como se construiu. Portanto, há que reduzir custos, sim senhor, salvaguardar o essencial, mas começar a pensar noutras formas de financiamento, porque isto já deu o que tinha a dar e, muita gente estava consciente disso. Vivíamos muito à custa da construção e agora como ela parou, felizmente, eu digo felizmente num aspecto mas, infelizmente porque nós vivíamos com o dinheiro da construção civil, dos alvarás, dos IMIs, o que pressionava muito a aprovar fosse o que fosse porque o dinheiro vinha daí. Portanto, há que aprovar tudo e por isso cometeram-se muitas asneiras. Se calhar, hoje temos o tecido empresarial com problemas porque a oferta é trinta vezes maior do que é necessário. Se calhar, em certos períodos deve haver só meia dúzia de hotéis para estarem sempre cheios. Mas, se calhar, corre-se o risco, inversamente aos parques de estacionamento que é necessário haver sempre falta, se calhar a oferta hoteleira também não tinha grande mal, porque também é uma coisa sazonal. Nós sabemos que agora já não se consegue ter, nem sequer na época alta, 100%. O que será na época baixa? Porque se construiu

de mais e muita coisa sem qualidade. E chegamos, infelizmente, cometidos neste processo regional/nacional/europeu/mundial, acabamos por ser o elo mais fraco porque não estávamos alicerçados em receitas minimamente consistentes. Portanto, acho que o grande problema é esse, e agora há que procurar em conjunto as soluções para sairmos daqui.” -----

Presidente da Câmara - “Há pouco, não referi dois pontos que gostava que ficassem encaixados naquilo que eu disse. Há uma questão que eu, ao longo do tempo, fui sempre falando, fui sempre debatendo e fui sempre exigindo. É que nós temos um concelho que tem uma especificidade, diria, quase diferente da maioria dos concelhos do Algarve. E tem a ver com o quê? Só há um que se aproxima, que é Portimão, por razões que vocês conhecem. É que nós temos cerca de sessenta mil habitantes, mas todas as infraestruturas e todo o investimento é para quatrocentas mil pessoas. A limpeza deste concelho tem de ser feita num contexto das quatrocentas mil pessoas, em determinados momentos. E a carga de resíduos e tudo isso, obriga a que para esses serviços, haja também uma forte componente, em termos daquilo que são os custos deste processo. É evidente que, aquilo que foi o processo da construção neste espaço, ela só existiu porque houve um PDM que tinha e tem, todas essas disposições legais para isso acontecer. E que durante uma determinada altura, isso serviu porque era bom. E era bom porquê? Porque, tu pedias construção, criavas emprego, não havia desemprego, fazias hotéis, eram mais trabalhadores. Portanto, essa parte foi boa. Foi boa porque as pessoas estavam empregadas, ganhavam dinheiro, tinham melhor qualidade de vida. É evidente que, todo este processo, agora, está complicado, mas também serviu muita gente. Enquanto Faro tem cinquenta mil, tem cinquenta e dois mil. Olhão tem quarenta, tem quarenta e cinco mil. Tavira, tem quarenta, tem quarenta e cinco. Não têm a diferença que nós temos. Tem mais residentes, mas depois quando chega ao topo não tem. Porquê? Porque não tem hotelaria. Albufeira representa 43% das dormidas do Algarve. Em Albufeira dormem, por ano, cerca de cinco milhões de pessoas. Dormem, porque há hotéis, porque criaram emprego. Tudo isso funciona num processo que foi dando enquanto foi possível e serviu, obviamente, também para as infraestruturas desportivas. Este é um processo que, não havendo financiamentos, não havendo Quadros, não havendo receita, tem que haver uma travagem neste processo. Definir prioridades, definir ocupações. E também sabemos que o tecido produtivo durante os anos oitenta, noventa, foi destruído. Destruídos, os barcos, a agricultura. O número de pessoas que exigem de Albufeira uma intervenção muito forte, é muito grande.” -----

Vitor Clemente - “Obrigado, Sr. Presidente, pela explicação que deu mas, no entanto, aquilo que está mais em causa é o seguinte: são cento e dez milhões que orçamentou para 2010 e, de facto, em termos de receita equivalente à maior parte da despesa é de sessenta e dois e setenta e um milhões. E o problema agrava-se e é aqui que eu chamo alguma atenção, para o ano 2011, vamos chegar a Março ou Abril de 2012 e estamos a ouvir exactamente a mesma situação. E mais grave, se em 2009 tivemos uma situação de dívida de nove milhões, em 2010 passou para vinte e quatro milhões, o que será de



2011 com um orçamento de cento e cinco milhões. Aquilo que se perspectiva, os valores que, neste momento são do vosso conhecimento, têm recebido até finais de Março, é bem representativo da preocupação que terão de ter em termos de orçamento. No que diz respeito aos objectivos, isso é um programa que é da responsabilidade vossa, do executivo, no que diz respeito à situação de satisfazer a parte da população. Foi um compromisso que assumiram que, infelizmente, algumas coisas não poderão ser assumidas numa situação económico-financeira." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água.

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

Florbela Caixinha - Apresenta declaração de voto (doc.3). -----



DECLARAÇÃO DE VOTO
GRUPO PARLAMENTAR DO PS
NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

[Handwritten signatures]

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - 2010

A apreciação do relatório de Prestação de Contas do Município é a fase em que se pode avaliar o resultado da actividade municipal no ano transacto e verificar de que modo foram aplicados os recursos financeiros colocados à disposição do Executivo.

É assim o momento para com todo o rigor verificar da boa ou má gestão das contas do Município, ou seja, de que forma foram gastos os recursos que todos os Municípes de Albufeira colocaram à disposição da Câmara Municipal.

Assim, e depois de uma análise cuidada da documentação apresentada, é fácil determinar que a gestão das contas municipais tem vindo a ser feita de forma pouco cuidada, a saber:

1. Apesar de muitas vezes denunciado pelo Partido Socialista, confirma-se a reiterada orçamentação de receitas por excesso, o que posteriormente é desmascarado aquando da prestação de contas. Tendo presente a verba orçada inicialmente e a verba cobrada em 2010, verifica-se uma redução das receitas totais em 40,31%, ao que corresponde uma redução de receitas de capital de 77,37%.

A título de exemplo, veja-se na rubrica «Vendas de Bens de Investimento», onde estava previsto arrecadar 15.298 milhões de euros, realizaram-se uns meros 32.047 euros. Menos 99,79%! A prova irrefutável da especulação que se tem mantido ao longo dos anos, incluindo no Orçamento de 2011, e que será denunciada também na próxima prestação de contas.

Resumindo, o Executivo orça milhões de receita para realizar tostões e, dessa forma, iludir os munícipes com projectos no lado da despesa que sabe de antemão não os irá realizar.

[Handwritten mark]



2. Verifica-se que a dívida a fornecedores, Estado, Terceiros e Entidades Bancárias era no final do ano de cerca de 90% do Orçamento do Município, ou seja, a Câmara deve quase tanto como o valor da receita de um ano e que se agravou durante o 1º trimestre.

3. Só a dívida a Bancos é de cerca de 36 milhões de euros, sendo o serviço da dívida, ou seja, os juros anuais da mesma, é de mais ou menos € 1.500.000,00 (um milhão e meio de euros).

4. Em termos de despesa capital não há outra caracterização possível senão: um desastre! Do já diminuto valor orçado em 2010, 35% do total de despesas do Orçamento inicial, apenas se concretizou 30,63%, ou seja, em 2010, dos € 36.939.323,00 previstos, somente se conseguiu realizar € 12.061.378,02, menos 67,35% do que inicialmente previsto.

Confirma-se, uma vez mais, que o Executivo não tem capacidade para fazer o seu trabalho e que, sem dúvida, o retorno dos recursos colocados à disposição da CMA é pouco efectivo. Apetece dizer: a motivação deste Executivo é cada vez menor.

Porque a generalidade dos graus de execução é péssima, não vale sequer a pena apreciá-los em detalhe. Chama-se somente a atenção para a continuada ausência de medidas de apoio à criação de emprego. Medidas que, como várias vezes já foi referido, fazem parte do programa eleitoral do Sr. Presidente e que deveriam ser postas em prática neste momento de maior dificuldade económico-social.

5. Em termos de despesas correntes, o cenário é também preocupante. Ao longo dos últimos anos, a “máquina” tem consumido cada vez mais recursos, o que limita os valores disponíveis para investimento. Com tantas carências reconhecidas no concelho de Albufeira (educação, emprego, habitação, etc.), urge tomar medidas para desenvolver esses projectos e não gastar a quase totalidade dos recursos com a “máquina”.

Veja-se que em 2010 o valor das despesas correntes, em função das despesas totais, se cifrou em 80,54%, ou seja, neste momento o

h'



Município aplica as suas receitas única e exclusivamente no pagamento de salários e despesas correntes, sendo o investimento diminuto ou nulo.

6. Por outro lado, recorde-se que entre 2007 e 2010 as despesas com pessoal registaram um aumento de 29,57%, de 18.040.983,00 milhões de euros em 2007, para 23.375.043 milhões de euros em 2010.
7. Verifica-se, também, com enorme inquietação o aumento da dívida do Município, designadamente a dívida a terceiros, que passou de 9.628.971,26 euros em 1 de Janeiro de 2010, para 24.945.079,07 euros em 31 de Dezembro de 2010. Tal situação é mais alarmante quando a maioria dos fornecedores são pequenas e médias empresas que necessitam do "pagamento a tempo e horas" para desenvolver a sua actividade. Este é, de facto, um problema gravíssimo para o qual já se chamou a atenção na Prestação de Contas do ano anterior, e durante o exercício do ano de 2010, mas que o executivo simplesmente ignorou. Para além do mais, verifica-se que muitos fornecedores não receberam qualquer montante durante o ano de 2010. No actual contexto económico e social a Câmara Municipal de Albufeira não deve, nem pode, ser um factor de instabilidade. E se alguém pensar que não há solução, fica uma pista: reduza-se na publicidade que em 2010 consumiu cerca de 700 mil euros.
8. Acresce que face a esta situação, o Município de Albufeira é o único no Algarve que não conseguiu submeter qualquer projecto de financiamento ao Proalgarve, o que demonstra a sua incapacidade de desenvolver projectos co-financiados pelos Fundos Comunitários, uma vez que não tem fundos próprios para suportar a sua quota parte, deixando assim passar a oportunidade de se financiarem através do QREN.

Pelas razões expostas, não resta alternativa senão o voto contra o Relatório de Contas, e por conseguinte a sua não subscrição. Como várias vezes se



referiu, não se pode corroborar com uma política de despesismo, sem rumo, sem visão estratégica, e que penaliza os munícipes de Albufeira.

Neste contexto, resta deixar uma palavra de preocupação com o que se passa, e chamar a atenção do Executivo, designadamente do seu Presidente, para, apesar de se preparar para abandonar os Albufeirenses, e de já se saber que o cardápio de 300 promessas efectuado no ano de eleições não passará disso mesmo, não deixar a situação atingir proporções ainda mais graves.

Albufeira, 27 de Abril de 2011

Antes de passar a palavra aos membros da Assembleia o Presidente da Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam discutidos em conjunto e posteriormente votados separadamente. Todos concordaram. -----



PONTO DECIMO e DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação. ----

VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011/2014 -----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água.

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO DO ORÇAMENTO 2011 -----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Cristina Pinto, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água.

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria -----

PONTO DECIMO SEGUNDO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho, para participar no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Francisco Calhau - Apresenta proposta (A) (doc.4). -----

A

Proposta

Os membros do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Albufeira, propõem como Representante dos Presidentes de Junta no XIX Congresso Nacional das Associações Nacionais dos Municípios de Portugal:

efectivo = Helder Jacinto Rodrigues Sousa

suplente = Francisco Jacinto Fernandes Guerreiro

Helder Sousa Junta

António Simões

Carlos Santos

Francisco

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Helena Simões

Não havendo mais propostas a apresentar, o Presidente da Assembleia coloca a única proposta a votação, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

- Quatro (4) votos em branco -----

- Um (1) nulo -----
- Vinte e um (21) votos a favor -----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e como seu substituto, o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Presidente da Assembleia - "Antes de terminar esta reunião, queria agradecer, pessoalmente, ao Sr. Francisco e à sua equipa, funcionários e Membros da Junta que nos disponibilizaram a sala da sua Assembleia de Freguesia e nos acolheram na sua casa. Agradeço-lhe por esta recepção. É bom a Assembleia Municipal sair da sede do município e vir às freguesias, porque o concelho é um todo e hoje sentimo-nos aqui muito bem. E, convidava-o, se quisesse, a tecer algumas considerações, desta sua casa."

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - "Antes de mais, quero agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal por mais uma vez se ter lembrado de Paderne. É sempre bom estar próximo das pessoas. Isso é importantíssimo! Quero agradecer, a todos vós por terem vindo, penso que dos Membros não falhou nenhum. Às pessoas aqui presentes, desta freguesia e não só, que vieram a esta Assembleia nesta freguesia. Quero também dizer que, realmente, esperava que viessem mais algumas pessoas da nossa freguesia. Era importantíssimo que cá viessem, para exporem algumas questões que me expõem, quase diariamente. Eu, tudo aquilo que me chega, que me expõem, faço chegar à Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores, ao Senhor Presidente da Câmara. Mas infelizmente, é assim, não vieram. Fica aqui o registo. Senhor Presidente não se esqueça de fazer mais Assembleias em Paderne. Peço desculpa destas cadeiras não serem tão boas como as que nós estamos habituados, mas havemos de arranjar algum dinheiro para comprar mobiliário novo para esta sala. Também vos digo, para que o saibam, o equipamento que temos lá em baixo, foi pago pela Câmara Municipal. E agora, esperamos por mais uma oportunidade. O Senhor Presidente trazia alguns dados, esperando que estariam aqui algumas pessoas para fazer uma abordagem, no entanto, ficará para a próxima. Desejo um bom regresso e boa noite." -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas nesta sessão da Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:20 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Abril de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____